

O URBANISMO E A ARQUITETURA COMO FERRAMENTAS PARA INTEGRIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

Reflexões propositivas para o município de Juiz de fora/MG

Julia Melo Castro¹

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Denyse Pereira Neves Delgado²

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Linha de Pesquisa: Arquitetura e urbanismo na contemporaneidade

RESUMO

A população em situação de rua é o público que mais utiliza do espaço urbano, pois é nele que estes realizam a maioria de suas atividades. Apesar disso, essa população é pouco abordada quando se estuda e discute urbanismo, sendo postas em práticas políticas e soluções que marginalizam ainda mais esses indivíduos, ao invés de acolhê-los. Por este motivo, o presente trabalho visa apresentar alternativas para a solução desta problemática no município de Juiz de Fora/MG. Para tal, é proposto o redesenho de políticas públicas com o auxílio de instrumentos urbanísticos e o projeto arquitetônico modular, atingindo diferentes escalas de projeto, reforçando a necessidade de uma política complexa e bem articulada, interdisciplinar e intersetorial, de maneira a oferecer um maior suporte e redução de dano à lacuna existente entre a chegada à rua e sua saída, deixando evidente a necessidade de garantia de independência e proteção ao indivíduo.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Políticas públicas. Urbanismo. Arquitetura. Juiz de fora

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se refere ao Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Uni Academia, em Juiz de Fora, Minas

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Endereço: Rua Luz Interior, 345. Celular: (32)98460-1045. E-mail: juliamelocastro@hotmail.com

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Orientador(a).

Gerais, e tem como o principal objeto de pesquisa, pessoas em situação de rua na cidade e o papel do Arquiteto Urbanista em meio a essa problemática.

A população em situação de rua é o público que mais se utiliza do espaço urbano, pela ausência do espaço privado, arquitetônico, próprio, convive em meio ao ambiente urbano por mais tempo quando comparado a indivíduos domiciliados. É no espaço público que estes realizam a maioria das atividades, “como comer, dormir, socializar, caminhar e até mesmo fazer suas higiênes básicas” (BELITARDO, 2023). Apesar disso, essa população pouco é abordada quando se discute urbanismo, e são postas em prática mais soluções que marginalizam ainda mais esses indivíduos do que soluções que os acolham e visam a solução desta problemática, como bem coloca Padre Júlio Lancellotti quando afirma que “Nossos projetos arquitetônicos têm muitas intervenções de hostilidade e pouquíssimas de hospitalidade” (BARATTO, 2022).

Partindo desse princípio, foi desenvolvido, como objetivo da pesquisa, a realização de uma proposta de alternativas que auxiliem na resolução da problemática da situação de rua, através do redesenho de políticas públicas com o auxílio de instrumentos urbanísticos e o projeto arquitetônico modular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CENSO E DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE JUIZ DE FORA

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2008, afirma que "São entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite espaços de tipos variados, (...) públicos".

Segundo o diagnóstico de 2023, existem 805 indivíduos adultos em situação de rua em Juiz de Fora, 110% a mais que em 2016.

Em relação ao perfil dessa população, são, majoritariamente, do sexo masculino, não branco (com maioria de pretos e pardos), mais da metade não possui ensino fundamental completo e possui pouco ou nenhum vínculo familiar. Quase 40% se encontram em situação de rua há mais de 5 anos.

Mas, ao lidar com a população, é importante se compreender sua totalidade como indivíduos com diversas vivências e identidades únicas, como afirma Roth & Bean, apud LOVISI, 2000 "a condição de sem teto é um fenômeno complexo e

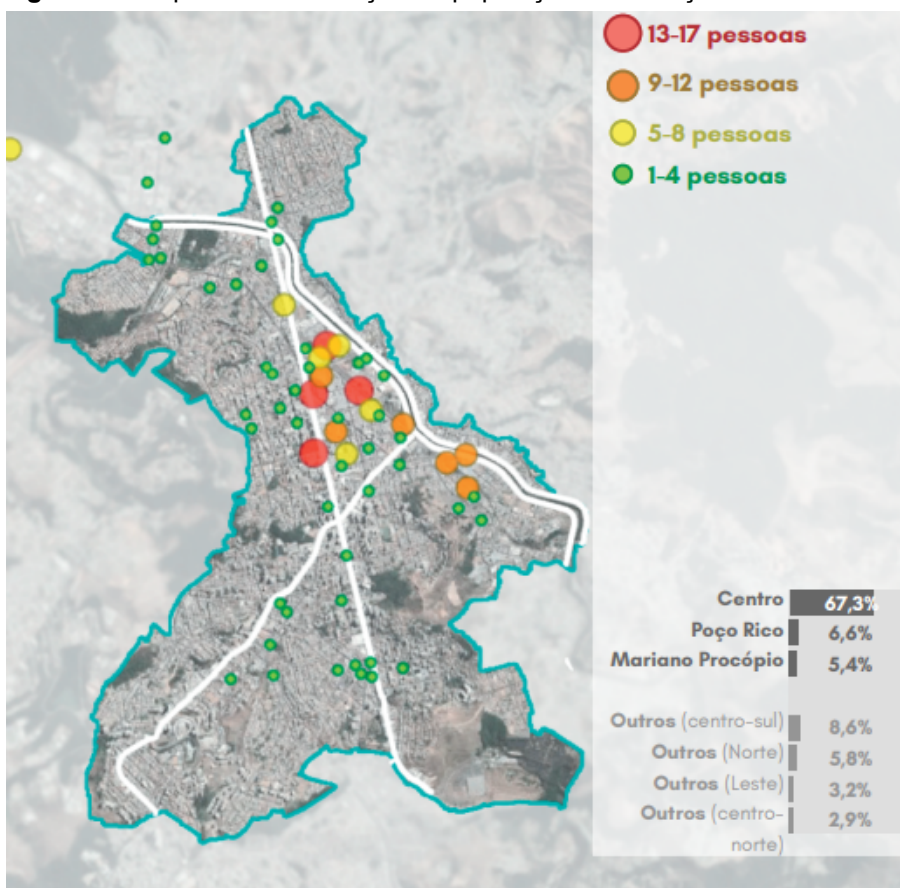
complicado, sendo que as experiências e características dessas pessoas podem variar”, as quais deverão ser levadas em conta para um atendimento mais efetivo e humanizado.

Além disso, $\frac{2}{3}$ dos indivíduos relatam ter sofrido algum tipo de violência - física, moral, sexual ou patrimonial - demonstrando o nível de vulnerabilidade e forte necessidade de proteção dos mesmos.

Dentre os principais motivos para se estar na rua, os diagnósticos demonstram que a falta de moradia, ou renda para moradia é presente em apenas 8% das respostas, o que demonstra que o papel do Arquiteto Urbanista em relação à problemática não se encontra na solução para a causa, mas sim no atuar sobre a consequência, na reparação de danos e melhoria de qualidade de vida do indivíduo.

Em relação à concentração dos indivíduos no município, o diagnóstico de 2016 nos apresenta os dados observados na figura 01, que demonstra uma concentração de quase 80% da população nos bairros Centro, Poço Rico e Mariano Procópio, totalizando cerca de 638 indivíduos neste recorte.

Figura 01: Mapa de concentração da população em situação de rua em Juiz de Fora/MG



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do diagnóstico de 2016

Figuras 02, 03, 04, 05, 06 e 07: relação do corpo e instalações precárias de abrigo com o espaço urbano.



Fonte: arquivo pessoal e reportagens locais.

3 METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa foram realizados estudos bibliográficos, a partir da leitura de Diagnósticos da População em situação de Rua de Juiz de Fora (2016 e 2023) e de projetos federais como o Moradia Primeiro (INRua, 2022); análise e desenvolvimento de mapas; pesquisas documentais; consultas em portais virtuais disponíveis; visitas em campo; entrevistas com funcionárias públicas; a construção de premissas projetuais baseadas em informações coletadas; e o desenvolvimento de propostas, divididas em 3 grandes eixos: políticas públicas, urbano e arquitetura modular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Ao estudar extensamente documentos, portais virtuais disponíveis e entrar em contato com membros da prefeitura, pôde-se compreender que a secretaria responsável por lidar e administrar questões da população em situação de rua, atualmente, na cidade, é a Secretaria de Assistência Social (SAS). Com este estudo, e o contato com as coordenadoras do departamento de proteção especial de média complexidade (Flávia Machado) e alta complexidade (Maria Cláudia Dutra), pôde-se compreender o funcionamento interno da secretaria representado pelo fluxograma (figura 08), e que a problemática se encaixa hoje, na média complexidade dentro do departamento.

Figura 08: fluxograma SAS e departamento de proteção especial.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do diagnóstico de 2016

Foi visitado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) do município, único equipamento do tipo na cidade, localizado na Av. Sete de Setembro. Neste, foi entrevistada a coordenadora Deise Lopes, que explicou sobre sua funcionalidade e serviços ofertados.

Figuras 09 a 20: Centro POP, mosquinhas de localização e ícones referentes a serviços ofertados.



Fonte: arquivo e edição pessoal

Foi informado, pela coordenadora, que o centro atende, hoje, entre 150 a 215 indivíduos, e que está sendo feito um novo equipamento chamado “NuPOP”, ou núcleos de referência, próximo ao Centro, como um espelhamento menor do mesmo para que se alcance um maior número de pessoas e ofereça uma maior variedade de espaços e serviços.

As vagas pernoite atuais, oferecidas pela prefeitura, presentes no recorte estudado, totalizam um máximo de 237 vagas (figura 21).

Figura 21: locais para pernoite e suas vagas disponíveis



Fonte: Elaboração própria a partir de contato com equipamentos e informações coletadas

Os problemas com esse tipo de acolhimento se dão devido a sua natureza: de caráter emergencial, não são planejadas por um acolhimento efetivo a longo prazo (INRua, 2022). Por este motivo algumas características destes equipamentos são responsáveis pela sua falta de resultado efetivo em relação à problemática: número de vagas não suficientes, vagas por ordem de chegada, não havendo garantia da disponibilidade da mesma, política de tutela, reforçada por regras excludentes em relação à uso prévio de álcool e drogas, animais de estimação e horário de entrada e saída, demonstrando uma política não emancipatória, que não oferece nem reforça a independência do indivíduo.

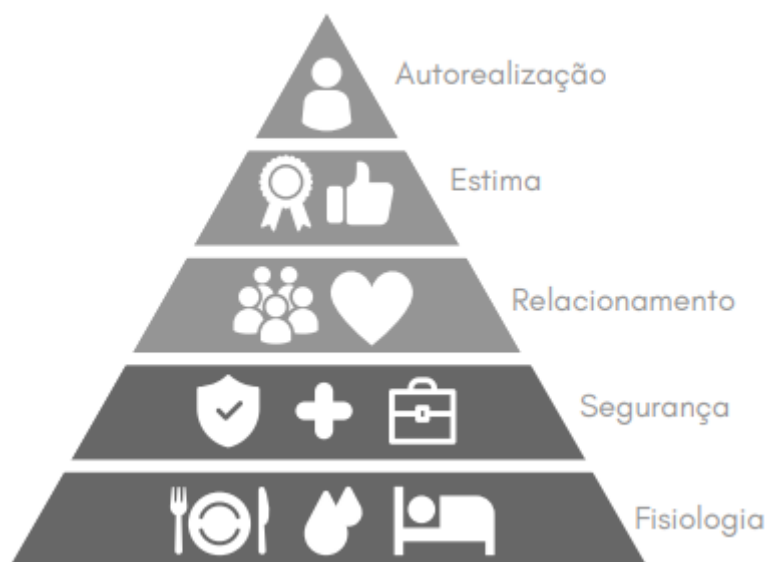
Não foi encontrado, através de pesquisas de documentos disponíveis pelo portal transparência da PJF, investimentos municipais nem emendas parlamentares direcionados à esta população, acompanhado pela ausência de projetos estruturados para solicitação de tais investimentos. Além da ausência de qualquer menção à população nos fundos existentes.

4.2 PREMISSAS PROJETAIS

De acordo com o Estatuto da Cidade (2001) cabe ao município garantir ao cidadão o direito à cidade, isto inclui, direito à parcela do solo, à moradia, ao trabalho, e ao lazer. Cabe a ele, também, atender ao interesse social, sendo a população em situação de rua uma questão de: segurança pública; saúde pública; paisagem urbana; responsabilidade coletiva; e justiça e democracia. É de interesse do projeto o seguimento desta lei.

Os objetivos gerais do presente projeto se resumem à reinserção à vida urbana e criação de pertencimento, criação de identidade e garantia de independência. Segundo Maslow (1943), as necessidades dos seres humanos podem ser representadas por uma pirâmide (figura 22) onde as necessidades que se encontram na base da pirâmide devem ser satisfeitas e garantidas para que às superiores possam ser sequer consideradas pelo indivíduo, demonstrando uma ordem de prioridade. Desta forma, para se atingir os objetivos propostos, o presente trabalho busca atuar na garantia destas necessidades básicas.

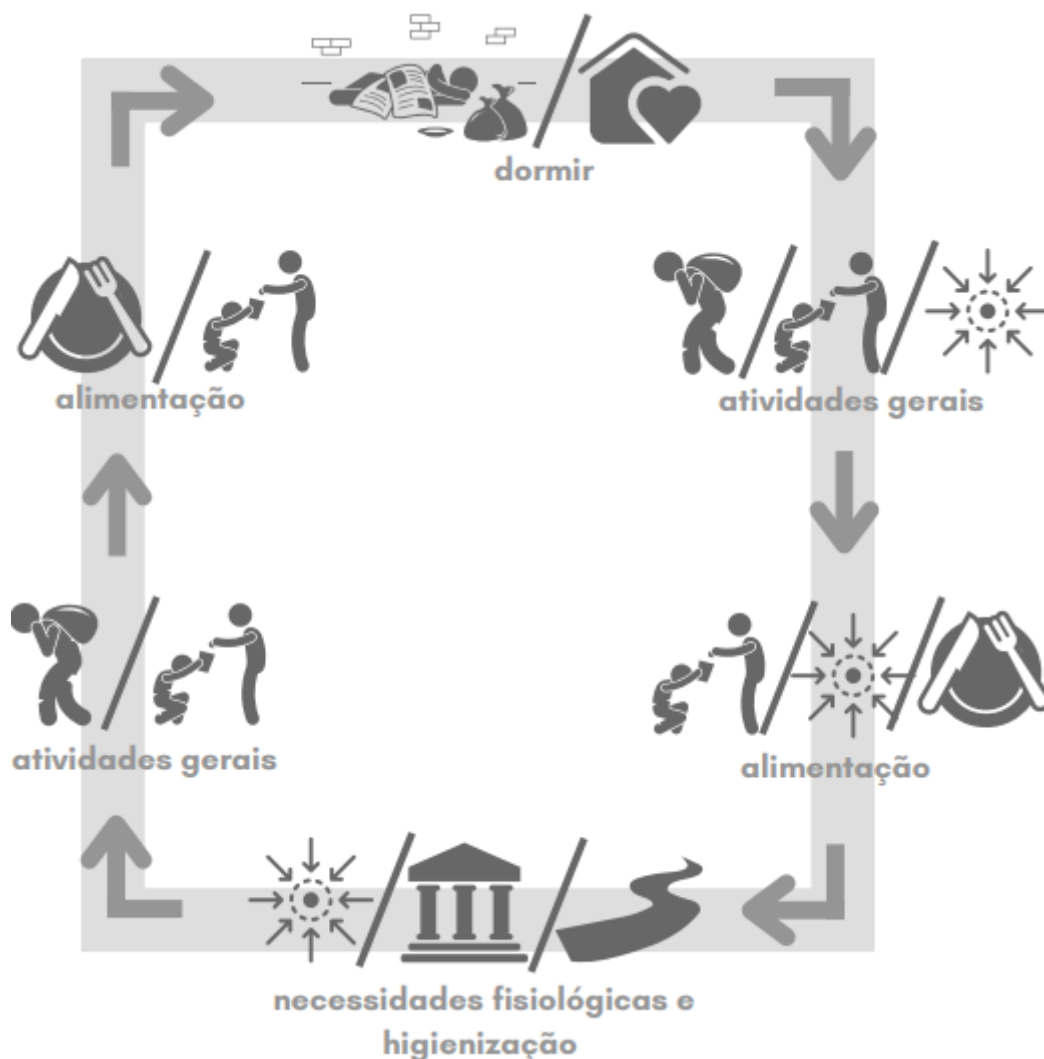
Figura 22: pirâmide de Maslow



Fonte: Elaboração própria a partir de Maslow (1943)

Foi realizada uma análise de possibilidade de locais para a realização de uma rotina atual da pessoa em situação de rua no centro da cidade (Figura 23), que se resume à: dormir na rua ou em abrigos emergenciais; realização de atividades gerais da manhã na rua ou centro pop; café da manhã no Centro POP, instituições privadas ou na rua; almoço no restaurante popular ou ao pedir na rua; necessidades fisiológicas e de higienização no Centro POP, instituições privadas ou na rua; atividades gerais de fim de tarde na rua; jantar no restaurante popular, sopa dos pobres ou na rua.

Figura 23: análise de possível rotina do indivíduo



Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas.

O projeto portanto pretende oferecer uma quebra a este ciclo e uma melhor possibilidade de solução.

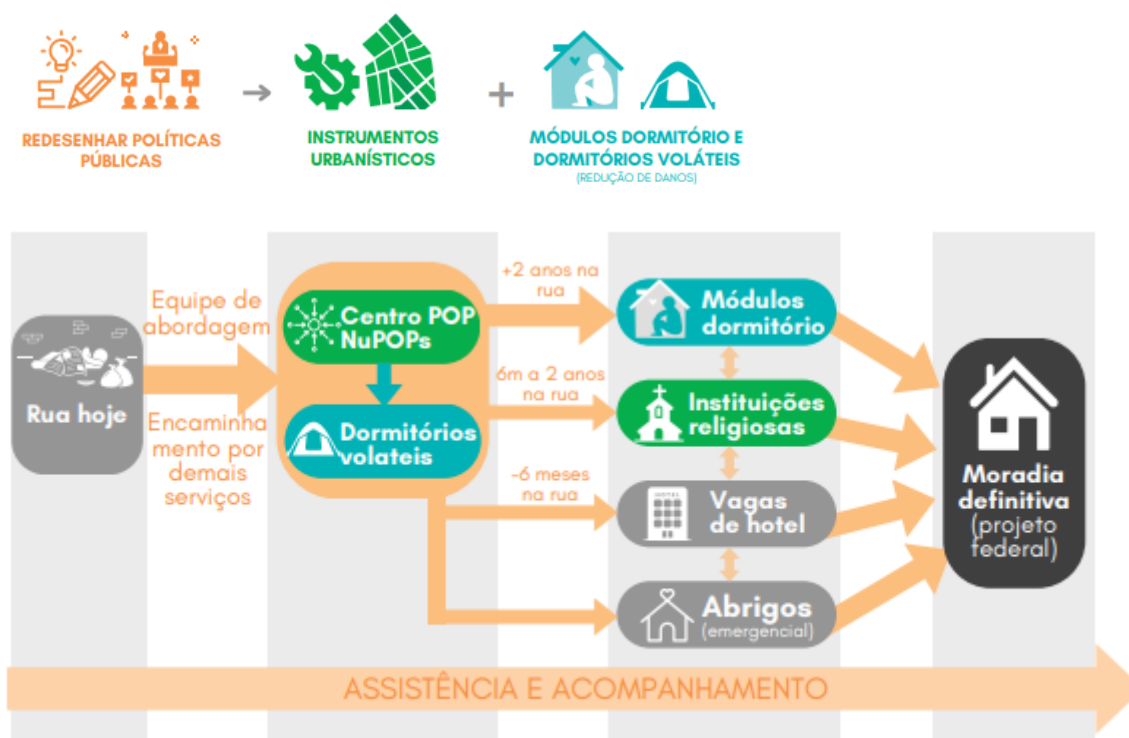
4.3 PROPOSTAS

As propostas do presente projeto podem ser divididas em 3 tópicos: Políticas públicas, Estudo urbano, e Projeto de dormitórios modulares.

Em uma visão geral (figura 24), o procedimento proposto ocorre a partir do primeiro contato com a pessoa em situação de rua, por qualquer serviço que deve encaminhar este indivíduo a um centro ou núcleo de referência para introduzi-lo à rede. Lá serão ofertados dormitórios voláteis que servirão como suporte e segurança em relação a uma possível volta às ruas. Ao possuir contato com estes locais de referência, serão encaminhados à locais de pernoite que melhor encaixam em seus

perfis, dando preferência dos módulos dormitório àqueles que se encontram a mais tempo na rua, seguido de instituições religiosas e vagas de hotel, mantendo a opção de abrigos existentes hoje como opção emergencial. O objetivo final é o encaminhamento à moradia definitiva, a partir de projetos federais como Moradia Primeiro (INRua, 2022). É importante ressaltar que este modelo não visa ser um processo linear, mas sim estar preparado para qualquer ordem possível que o indivíduo venha a seguir, a partir da assistência e do acompanhamento intersectorial durante todas as fases de situação do indivíduo, inclusive após a aquisição da moradia definitiva, quando houver, para uma minimização do retorno às ruas.

Figura 24: organograma de visão geral da proposta

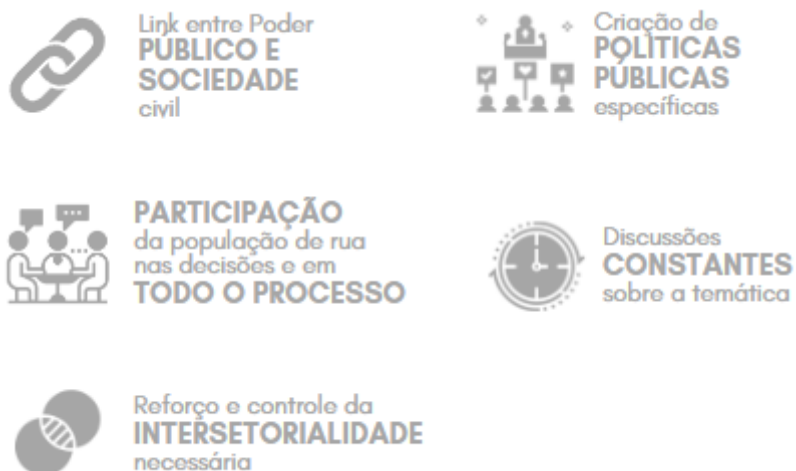


Fonte: Elaboração própria.

4.3.1 POLÍTICA PÚBLICA

Como primeira proposta de política pública é trazida a criação de um novo conselho específico para a população em situação de rua, garantindo a valorização da pauta como um tema específico e complexo que deva ser olhado a partir de uma lente própria, oferecendo um espaço que oferece importantes características (figura 25).

Figura 25: resumo características de um Conselho Municipal



Fonte: Elaboração própria a partir do site da Prefeitura Municipal de Casa branca

Com o novo conselho, é proposta também a criação de um novo fundo municipal, específico para gastos necessários para execução de novos projetos e políticas (figura 26).

Figura 26: Objetivo do fundo



Fonte: Elaboração própria

São propostas também políticas para arrecadação ao fundo (figura 27).

Figura 27: Resumo de políticas para o fundo



Fonte: Elaboração própria

Outra política pública proposta é a inserção ao mercado de trabalho, a partir da execução dos módulos dormitório, capacitando o indivíduo ao mesmo tempo que constrói algo para si mesmo, reforçando criação de laços e valorização pessoal. Além da manutenção, segurança e controle destes novos equipamentos. Essa inserção é planejada para que seja de baixa carga horária, acontecendo de forma gradual e delicada.

4.3.2 URBANO

Para a integridade e eficácia da política pública, se faz necessário o estudo urbano para compreensão do espaço físico da cidade e seus equipamentos, para assim se realizar propostas embasadas e estruturadas.

Ao considerar as vagas de pernoite em abrigos emergenciais existentes hoje na região central, encontramos um déficit de 401 indivíduos sem vaga (figura 28).

Figura 28: Relação população e vagas existentes



Fonte: Elaboração própria

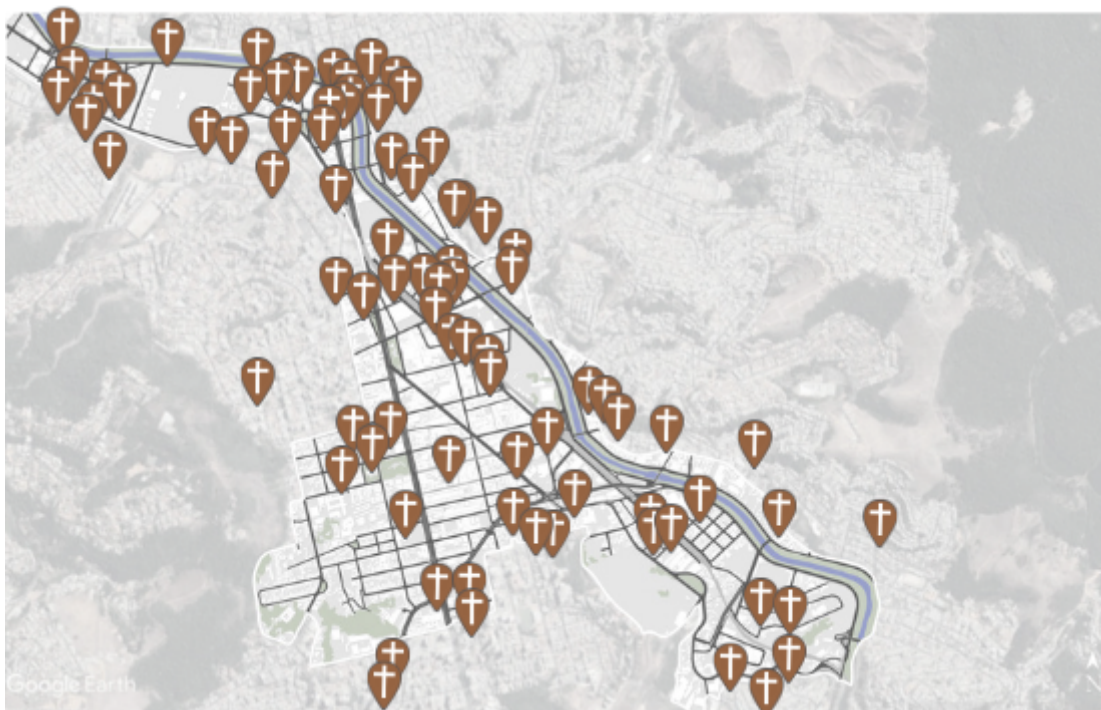
Os locais existentes são distribuídos pelo recorte estudado de forma a demonstrar uma pequena densidade (figura 29) quando se comparado à centros religiosos na região (figura 30)

Figura 29: mapa de equipamentos pernoite existentes



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Figura 30: mapa de instituições religiosas existentes



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Foram encontradas 85 igrejas e demais templos religiosos no recorte analisado. Este tipo de instituição é isenta do pagamento de impostos ao município, o que se soma em uma ausência de arrecadação financeira considerável, visto que se encontram em uma localidade bem estruturada e valorizada.

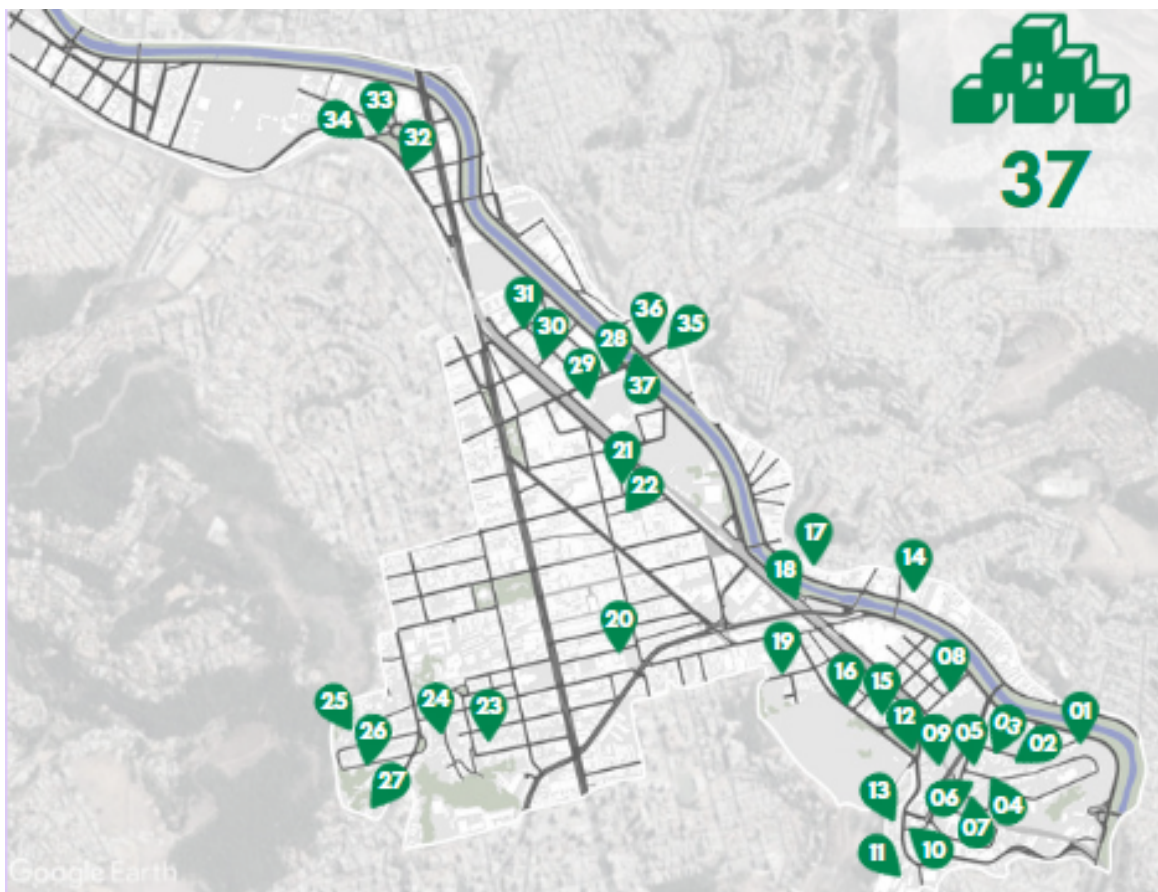
É proposta, então, uma política que vai de encontro com os princípios e valores morais destas instituições: o acolhimento ao próximo, através da disponibilização do espaço para pernoite de indivíduos. Foram descartados templos que não oferecem suporte para esta proposta, devido a suas dimensões, restando, assim, 61 localidades. É proposta uma média de 2,5 atendidos por instituições, resultando em um total de 152 assistidos.

Desta forma, é resultante um déficit de 249 indivíduos. Para estes, é proposta a disseminação do novo equipamento denominado NuPOP, mencionado anteriormente, de forma pulverizada pela região, para se aproximar de locais de permanência dos indivíduos.

À estes, propõe-se a implantação de módulos dormitórios, que deverão ser: modulares, para facilidade e rapidez de construção e demolição; de caráter efêmero; adaptável às diferentes necessidades individuais; que ocupe uma pequena parcela do terreno implantado; e que seja horizontalizado. Foram então analisados e

encontrados 37 possíveis locais de implantação (figura 31), envolvendo terrenos vazios, terrenos subutilizados e vazios urbanos.

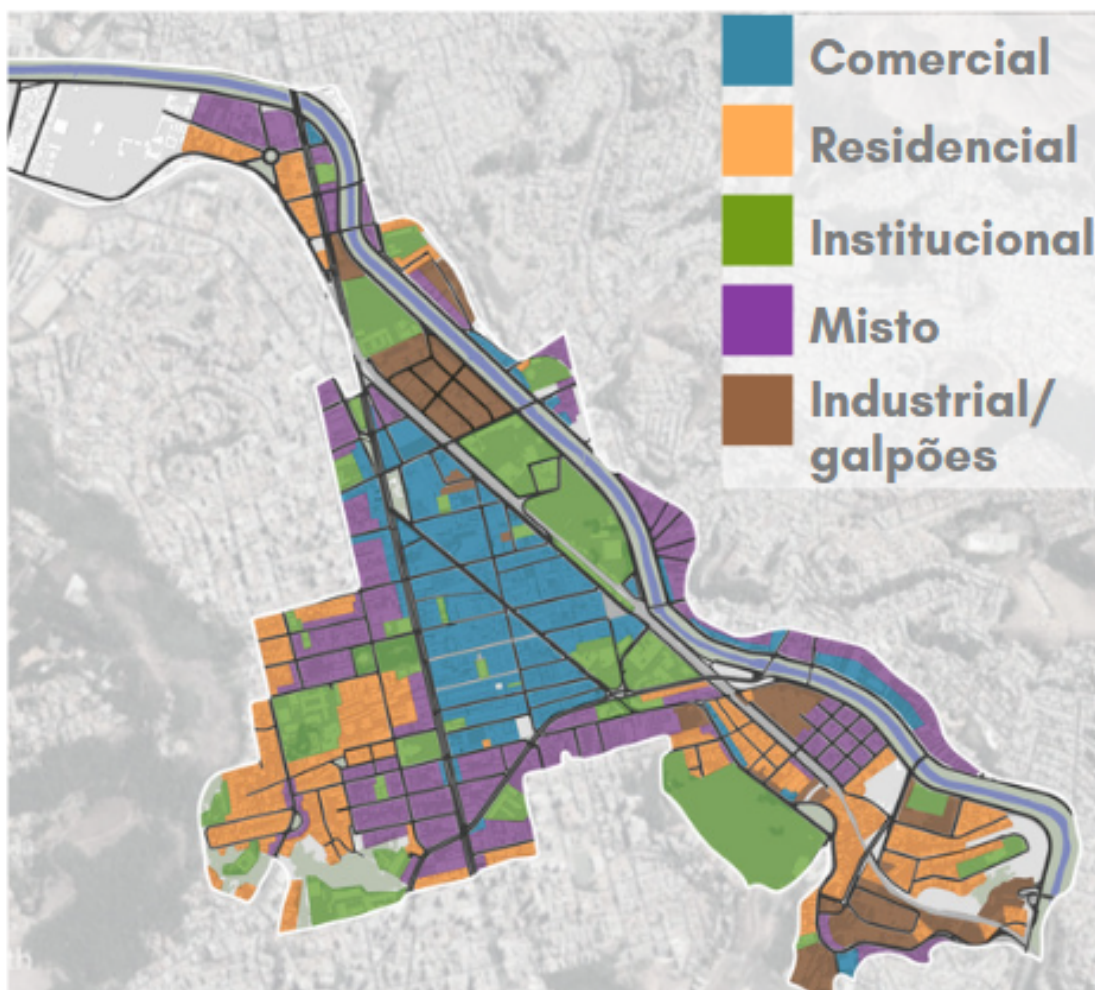
Figura 31: mapa de locais analisados



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Como critério para filtragem e seleção dos terrenos possíveis para implantação do projeto foram utilizados: Uso do local, a partir de seu térreo (figura 32), priorizando áreas de uso múltiplo pertinentes à natureza do projeto;

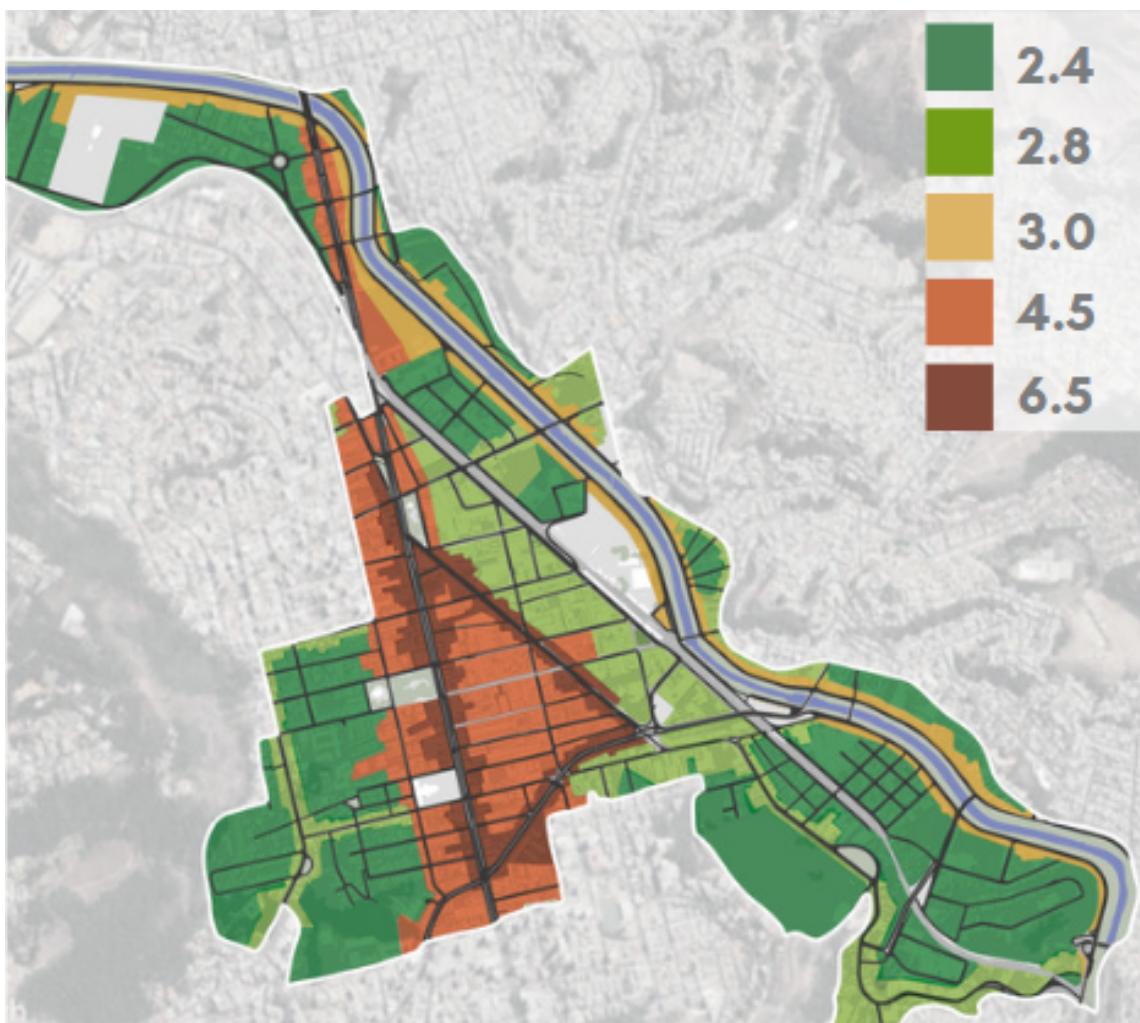
Figura 32: mapa de usos



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Ocupação, por potencial construtivo (figura 33), a partir do Coeficiente de Aproveitamento do local, descartando localidades com alto C.A., visto ser um projeto térreo;

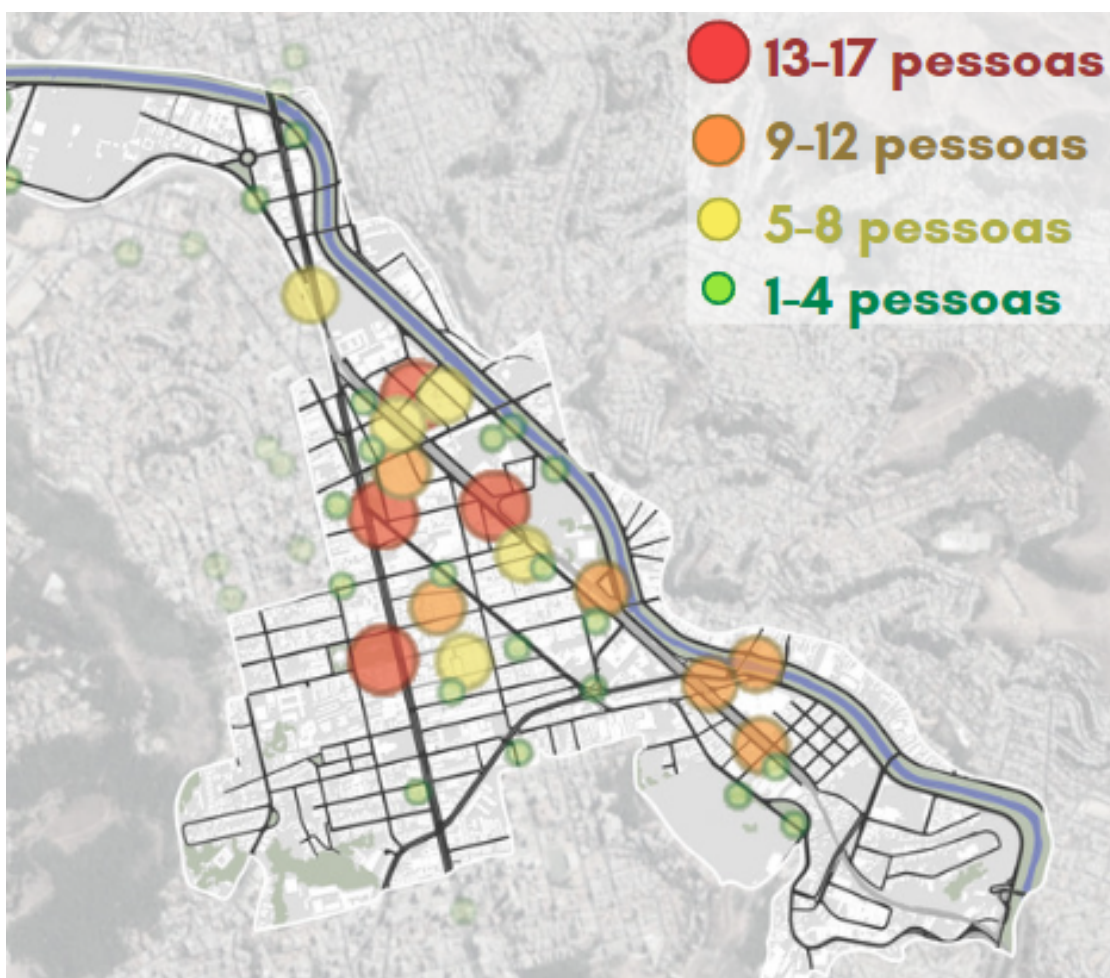
Figura 33: mapa de coeficiente de aproveitamento



Fonte: Elaboração própria a partir de análise do plano diretor de JF

Proximidade ao público alvo (figura 34), descartando terrenos muito distantes de locais já frequentados pela população;

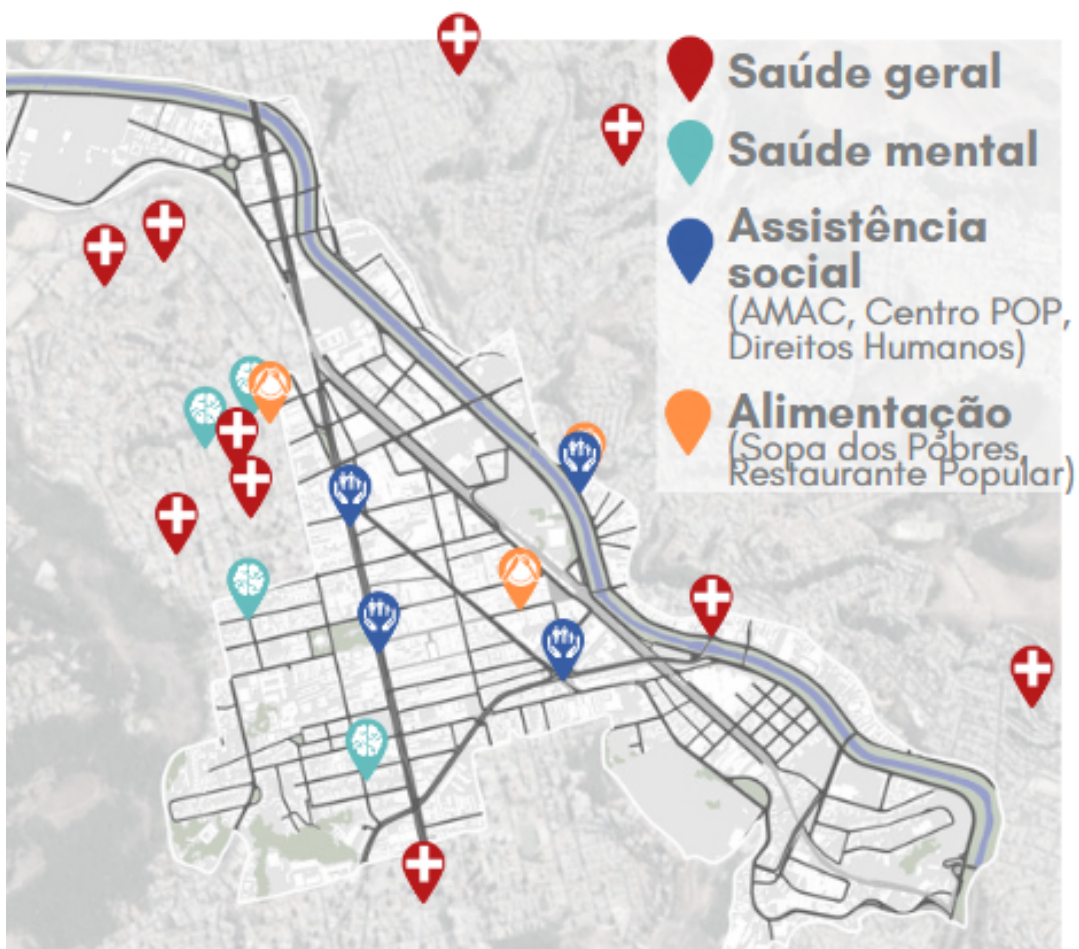
Figura 34: mapa de localização do público



Fonte: Elaboração própria a partir de diagnóstico (2016)

E proximidade à equipamentos de assistência (figura 35), priorizando locais que necessitam de equipamentos de assistência.

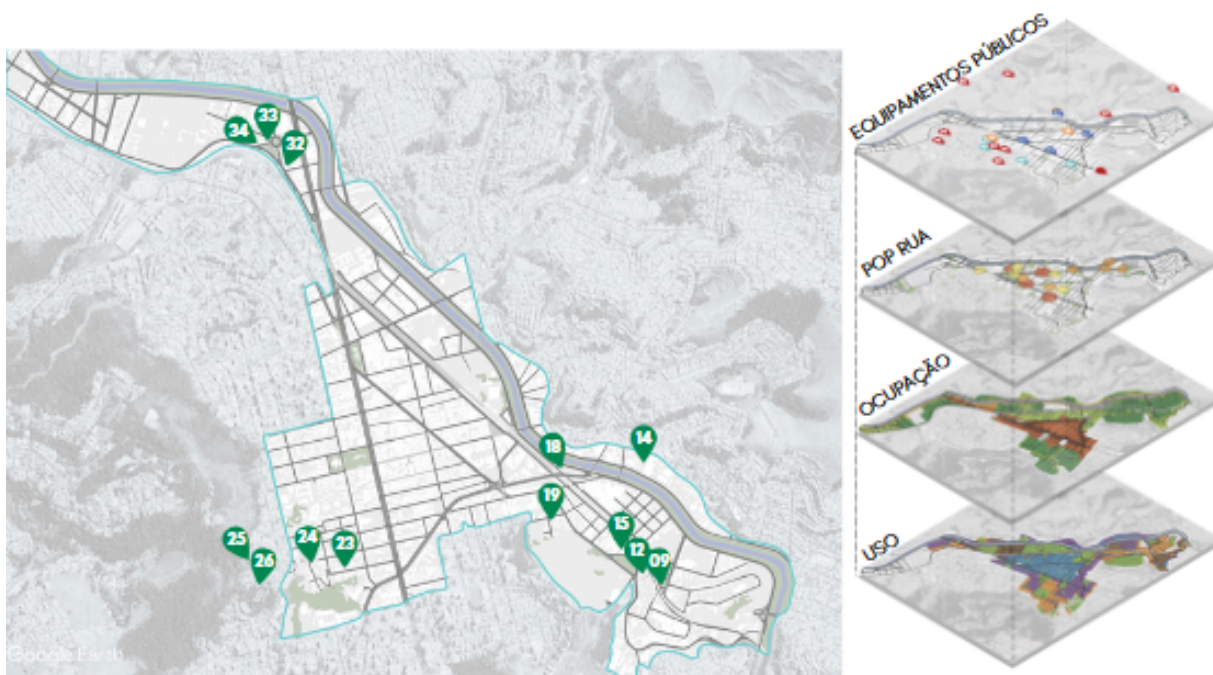
Figura 35: mapa de localização do público



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Resultando em 13 possíveis localidades (figura 36) para a implantação dos equipamentos NuPOP com Dormitórios. Totalizando uma média de 19 indivíduos por local.

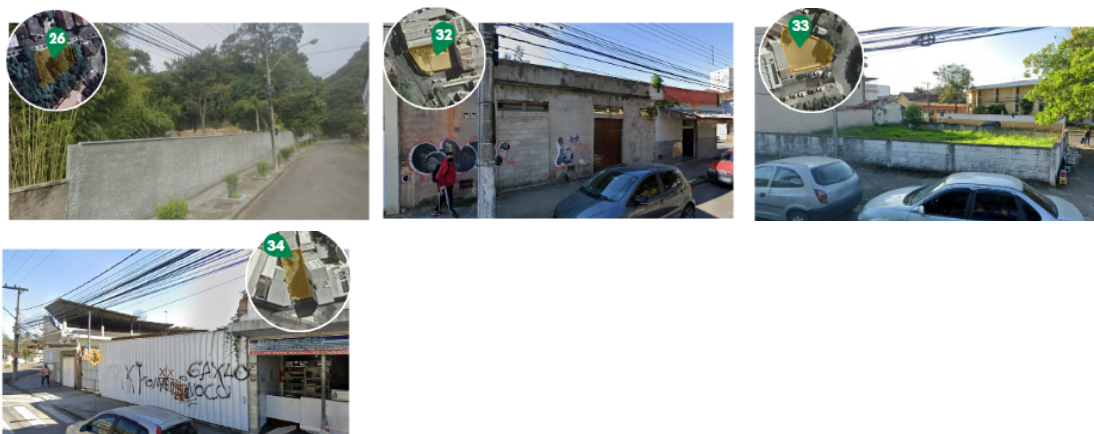
Figura 36 e 37: mapa de locais filtrados e diagrama de mapas analisados para filtragem



Fonte: Elaboração própria a partir de análise de mapas

Figura 38 a 50: foto dos locais





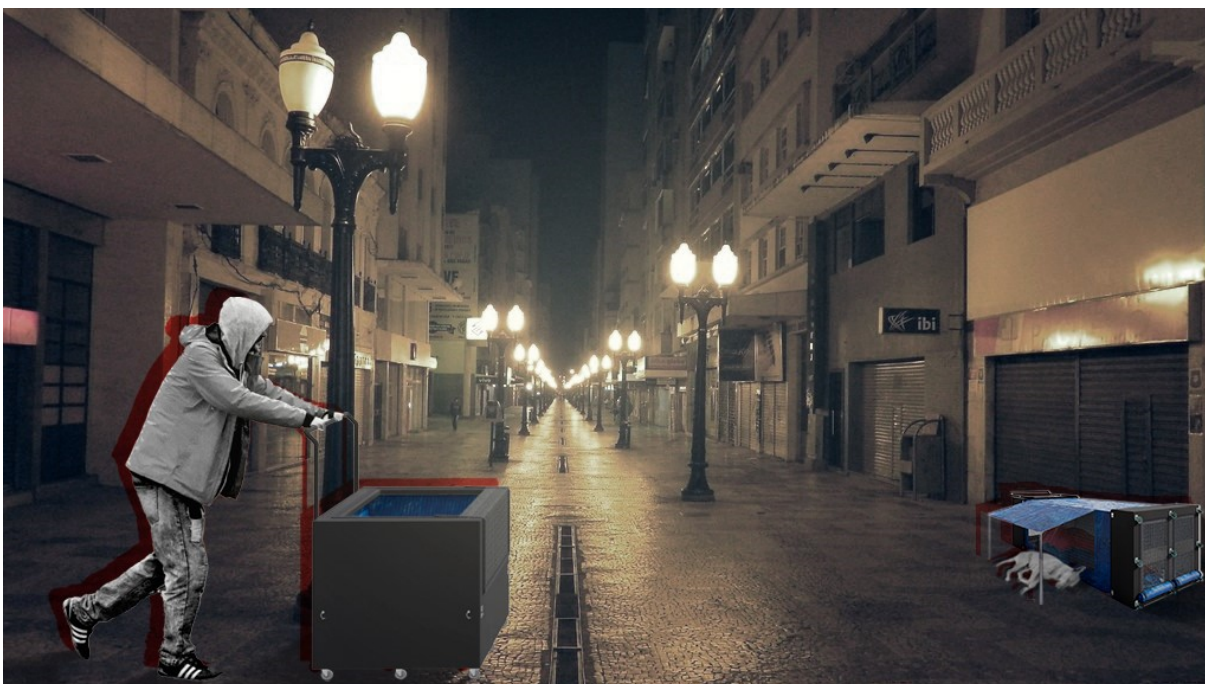
Fonte: Elaboração própria a partir de Google Earth e arquivo pessoal

4.3.3 MÓDULOS DORMITÓRIOS

Assim como a esfera urbana, a política pública também traz a necessidade do projeto de menor escala, na construção de modelos alternativos de locais para dormir, visto a lacuna existente de equipamentos que efetivamente oferecem suporte constante, independência e estabilidade ao indivíduo em situação de rua.

O primeiro dormitório proposto é o Dormitório Volátil (figura 51). Este, tem como objetivo principal não a solução à problemática da falta de local apropriado para se dormir, mas sim a redução de danos e a oferta de um suporte à condição de se estar na rua. Para isso foi pensado um suporte que ofereça maior conforto e dignidade a esta população, visando a proteção contra intempéries e temperaturas extremas, assim como maior segurança e privacidade à condição.

Figura 51: foto montagem dormitório volátil



Fonte: Elaboração própria

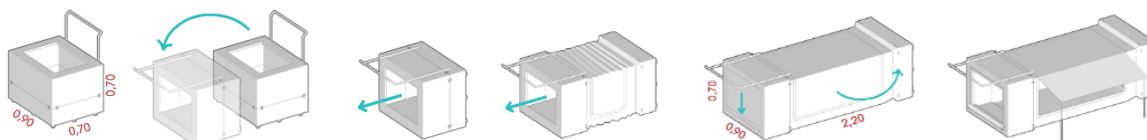
Além disso foi pensado um modelo que seja versátil, de fácil mobilidade e que ofereça o suporte também de transporte de pertences, podendo se dispor, então, no modo de "transporte" e no modo "dormitório" (figuras 52 a 54).

Figura 52 e 53: perspectivas renderizadas



Fonte: Elaboração própria

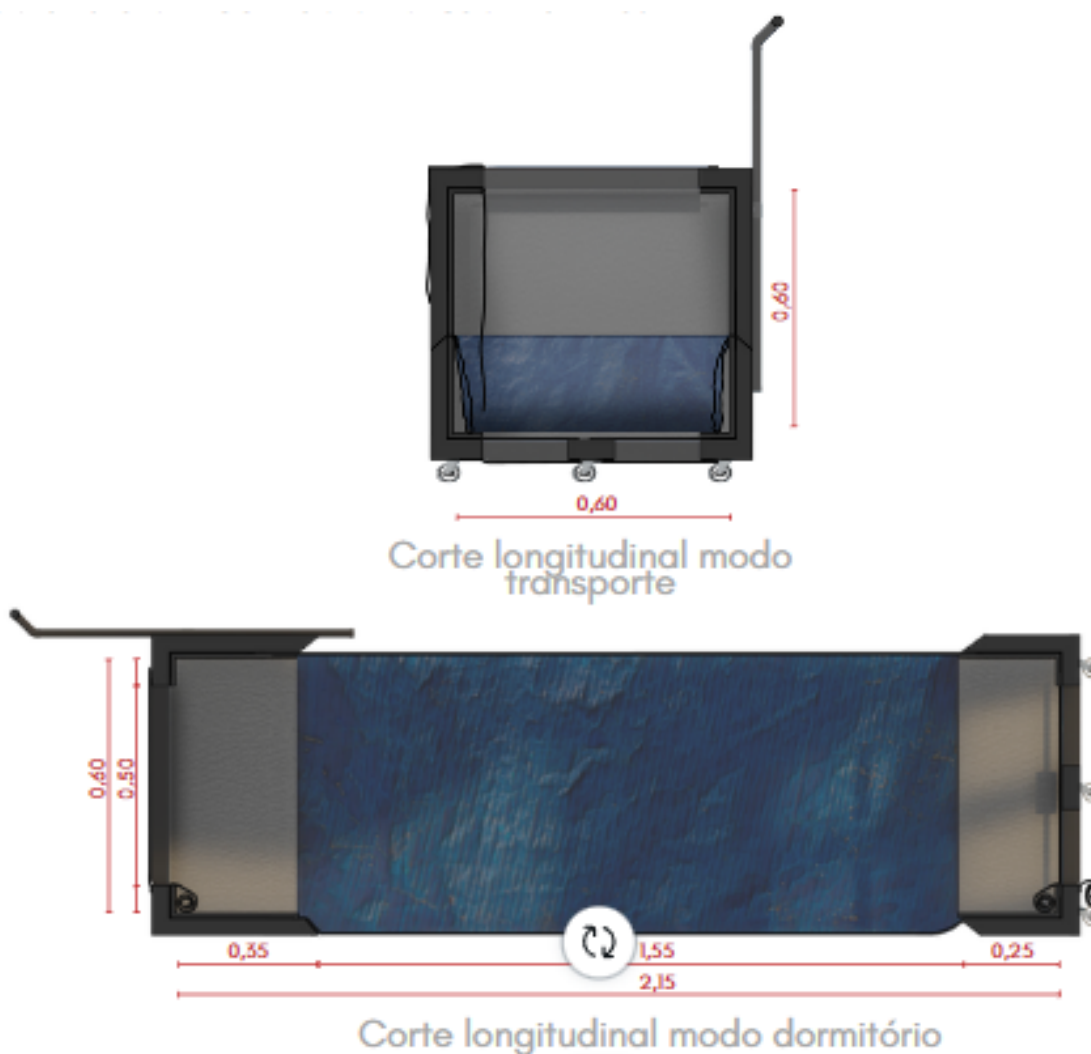
Figura 54: diagrama de abertura dormitório



Fonte: Elaboração própria

Seu design foi pensado para melhor atender a ergonomia do corpo humano, levando em consideração medidas mínimas de conforto do corpo, do local da cabeça e dos pés.

Figura 55 e 56: cortes renderizados

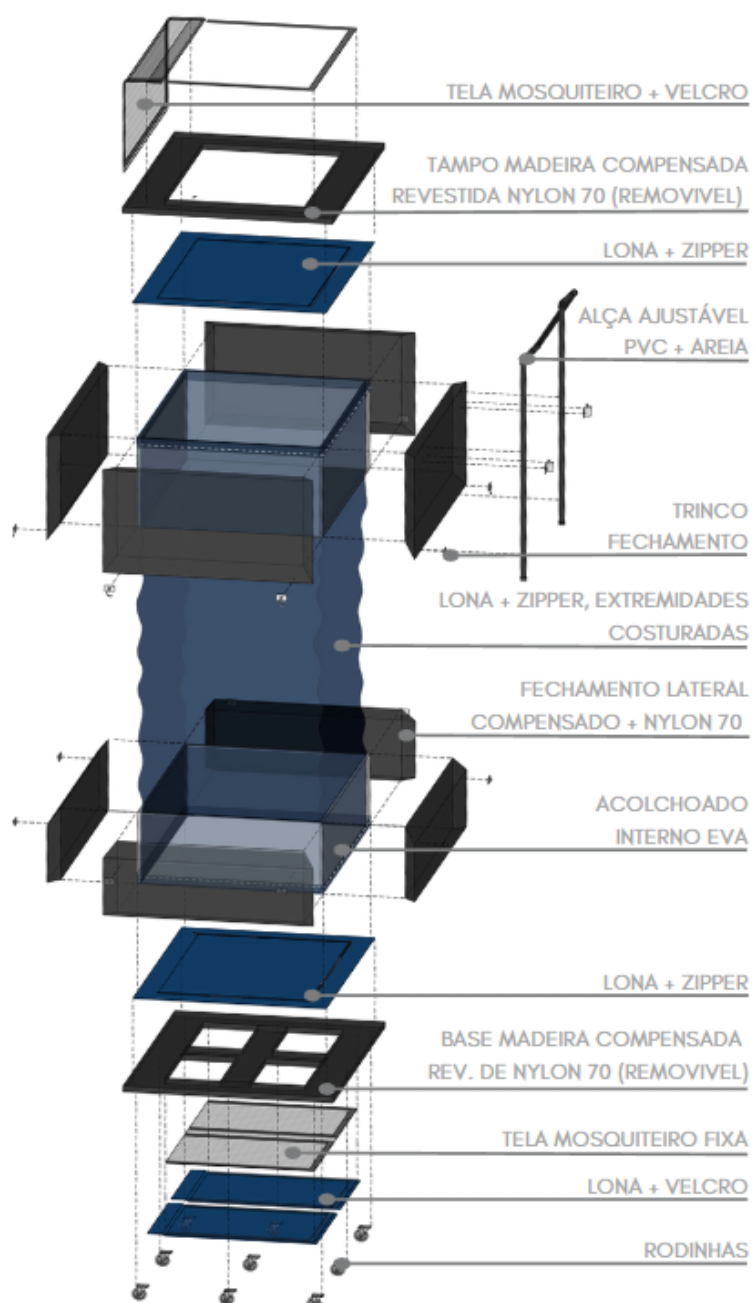


Fonte: Elaboração própria

Foram estudados materiais que melhor atendiam às necessidades do dormitório (figura 57), para sustentar o transporte de pertences, proteção do corpo, fácil

trabalhabilidade e boa resistência, que garantem impermeabilidade e proteção contra intempéries. Foram pensadas soluções de ventilação cruzada, mobilidade e ergonomia no transporte.

Figura 57: diagrama explodido e indicação de materiais



Fonte: Elaboração própria

Em estudo preliminar de orçamento de materiais do dormitório, foi encontrado o valor de R\$328,27 por unidade, como demonstrado na tabela 01.

Tabela 01: Orçamento preliminar dormitório volátil

Orçamento preliminar – materiais Dormitório Volátil			
Material	Preço Un	Qttd	Total
Lona plástica de proteção impermeável 2,00x2,00m	R\$13,90	2	R\$27,80
Madeira compensada Pinus 2,20x1,60m	R\$54,66	2	R\$109,32
Tela mosquiteiro 1,00x1,00m	R\$4,75	3	R\$14,25
Trinco de trava	R\$3,40	8	R\$27,20
4 rodinhas 80Kg	R\$17,80	2,25	R\$40,05
Zíper extra grosso 10m	R\$7,80	1,20	R\$9,36
Nylon 70 0,50x1,40m	R\$4,50	11	R\$49,50
Tatame EVA 0,50x0,50 kit 10 peças	R\$29,90	0,80	R\$25,92
Total 01			R\$312,64
Total + 5% de demais materiais			R\$328,27

Fonte: Elaboração própria a partir de orçamentos online a varejo

O segundo dormitório proposto foi pensado de forma a combater os principais problemas dos abrigos emergenciais. Desta maneira, os módulos dormitórios são implantados nos terrenos dos novos equipamentos NuPOP, estando próximo de um equipamento estruturado e de assistência. Para visualização desta dinâmica, foi

estudada uma implantação no que temos de semelhante hoje construído: o centro POP (figura 58).

Figura 58 foto inserção módulos dormitórios Centro POP



Fonte: Elaboração própria

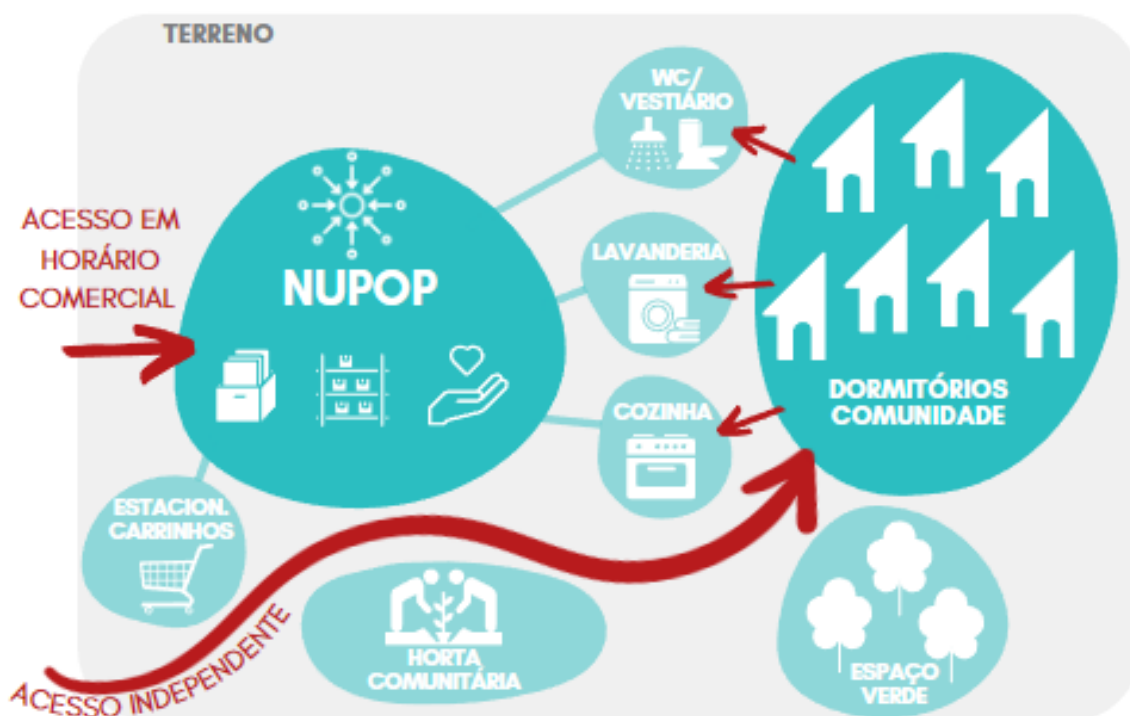
A presença dos dormitórios no terreno do NuPOP oferece também algo importante para o cidadão se inserir em serviços na sociedade: um endereço.

Por se implantar em terreno de um equipamento, usufrui de suas estruturas, como banheiros e vestiários, lavanderias e cozinhas coletivas, com acesso independente pelo pátio de dormitórios, incentivando cada vez mais a independência do indivíduo.

O acesso aos dormitórios deve ser independente do acesso ao NuPOP. O dormitório, apesar de ser um local de transição para a desejável moradia própria, é um espaço exclusivo do indivíduo.

O terreno do NuPOP também deve contar com um afastamento frontal para estacionamento de carrinhos, afastamento de fundos para a implantação dos dormitórios, além de horta coletiva que incentive o cuidado e o senso de comunidade e união, e um espaço verde para lazer e rodas de conversa.

Figura 59 organograma implantação NuPOP e dormitórios



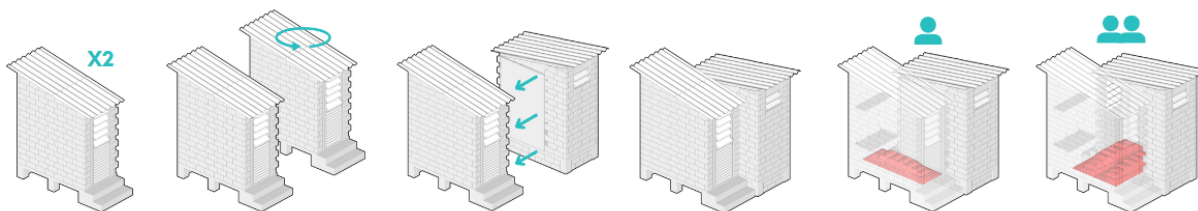
Fonte: Elaboração própria

O módulo foi projetado para possuir as características de otimização de espaço e maleabilidade. Desta forma, possui dimensões internas um pouco maiores que uma cama de solteiro, contendo ventilação cruzada para troca de calor interno.

Além disso, o piso do dormitório é elevado 40cm do chão, evitando contato direto com o solo e a consequente umidade ascendente, criando um espaço protegido para animais de estimação, caso se opte. Este desnível pode ser adaptado para maior acessibilidade.

No interior do dormitório se encontram também uma mesa retrátil e uma prateleira para apoio. Também há uma lâmpada com interruptor próprio a cada módulo. Os módulos se dispõem em duplas, sendo o segundo rotacionado 180° em relação ao primeiro, e deslocado longitudinalmente (figura 60).

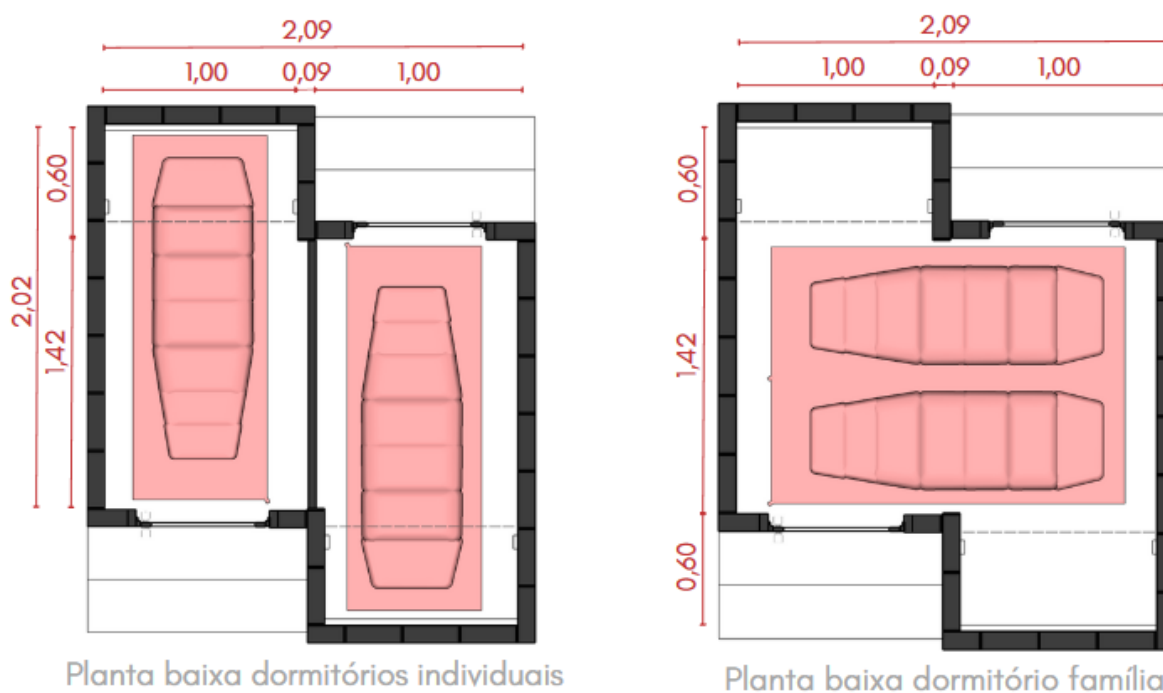
Figura 60 diagrama módulos dormitórios



Fonte: Elaboração própria

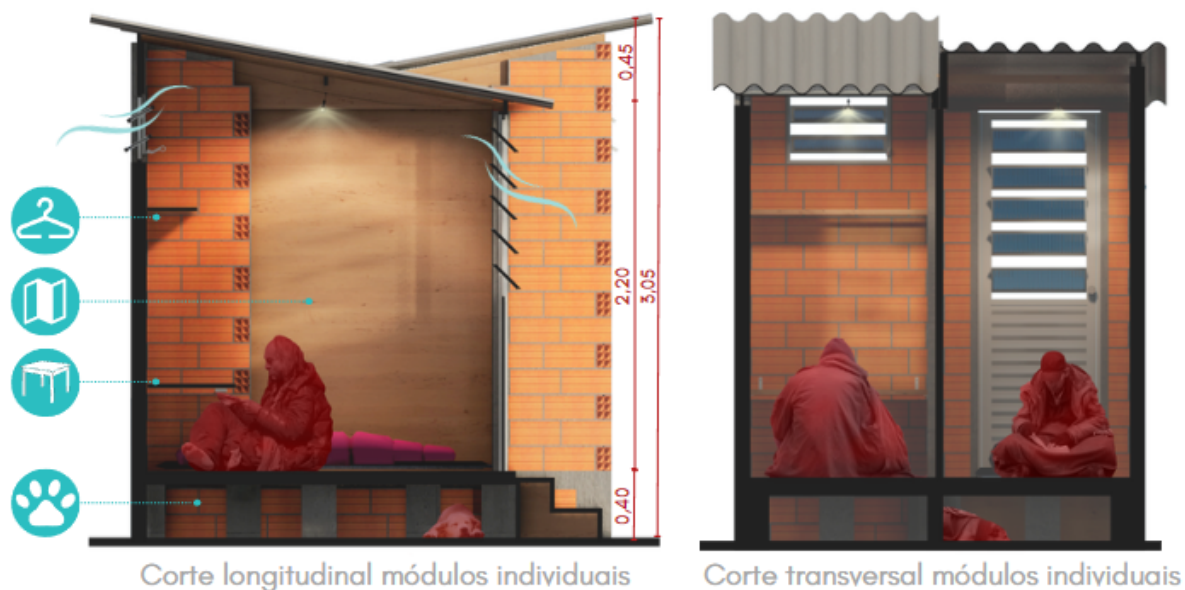
Esta dupla de módulos podem ser dormitórios individuais, com uma divisória entre eles ou essa divisória pode ser removida para que dois módulos se tornem um dormitório família, para pessoas acompanhadas (figuras 61 a 66).

Figuras 61 e 62: Plantas baixas dormitórios



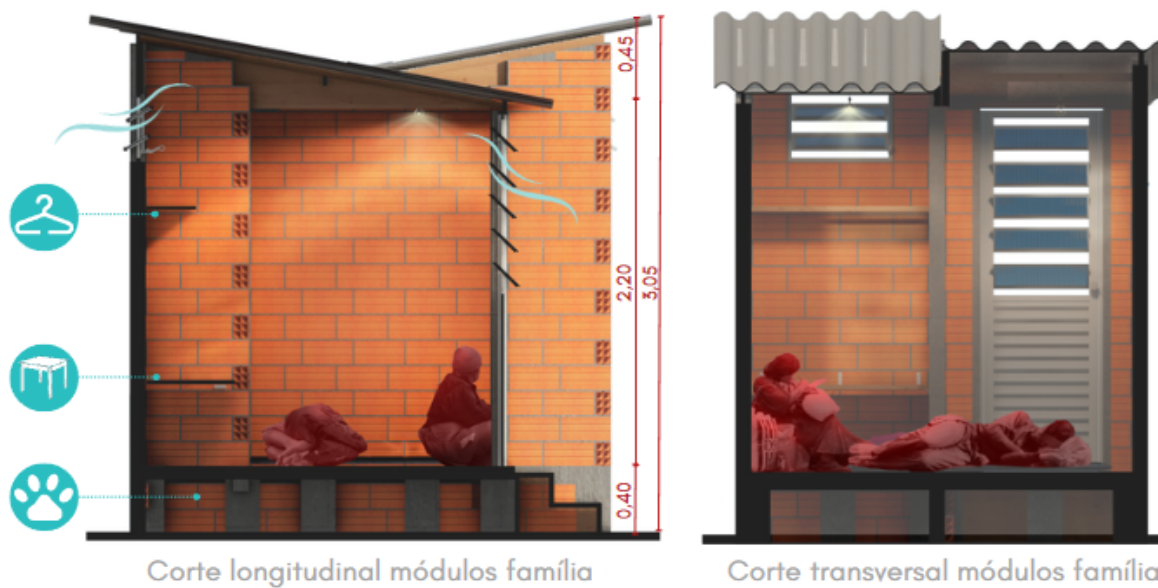
Fonte: Elaboração própria

Figuras 63 e 64: Cortes dormitórios individuais



Fonte: Elaboração própria

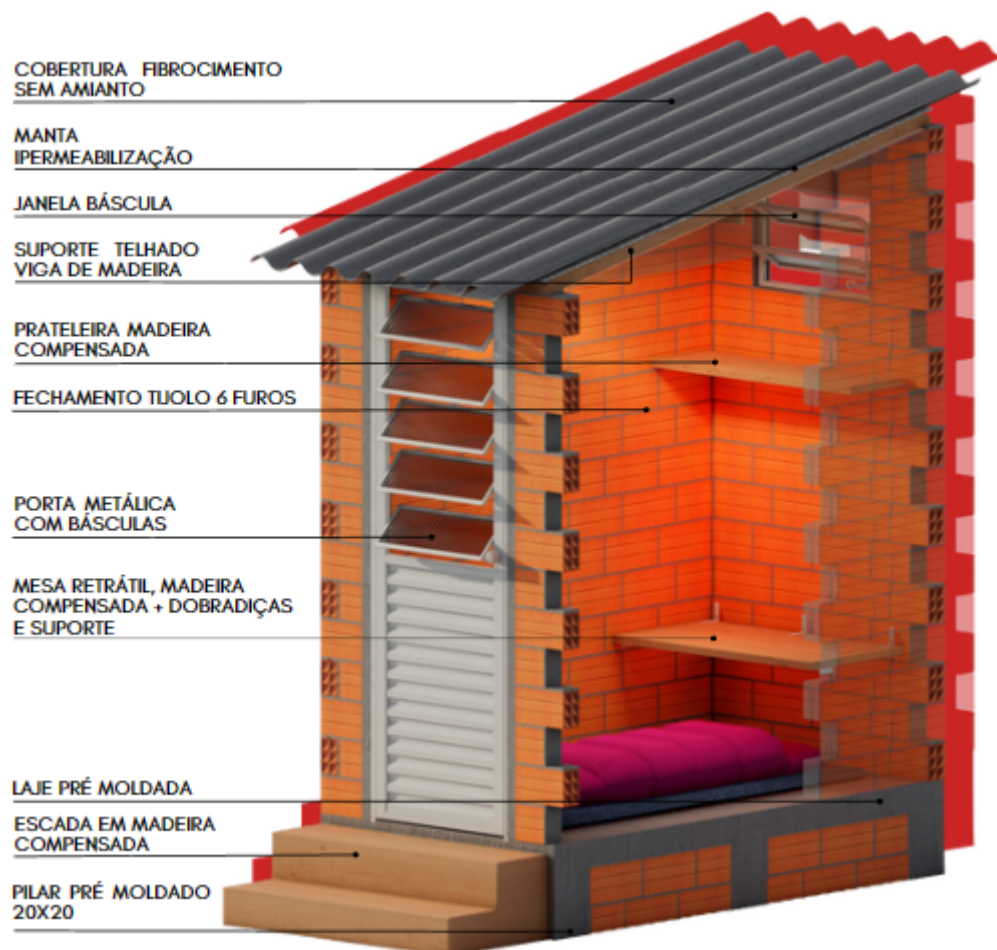
Figuras 65 e 66: Cortes dormitórios família



Fonte: Elaboração própria

Para decisão de materiais e estrutura (figura 67), foi realizada extensa pesquisa sobre possibilidades e diferentes tipos de materiais, realizadas conversas com fornecedores e profissionais do ramo de engenharia.

Figura 67: perspectiva ortogonal com indicação de materiais



Fonte: Elaboração própria

Desta forma, o orçamento dos materiais realizado obteve o valor de R\$1.178,26 por módulo (tabela 02).

Tabela 02: Orçamento preliminar módulo dormitório

Orçamento preliminar - materiais Módulo dormitório			
Material	Preço Un	Qttd	Total
Tijolo 6 furos 29x9x14	R\$0,40	255	R\$102,00
Cimento	R\$30,90	1,28	R\$39,55
Areia média	R\$110,00	0,51	R\$56,10
Telha fibrocimento sem amianto	R\$19,89	4	R\$79,56
Viga madeira 6m (5x2)	R\$27,61	1,3	R\$35,89
Manta asfáltica telhado 0,90x1,00m	R\$23,90	3	R\$71,70
Laje pré moldada	R\$39,00	2,80	R\$109,20
Bloco pilar concreto quadrado 0,20x0,20x0,20	R\$2,49	14	R\$34,86
Madeira compensada 2,20x1,60	R\$54,66	1,50	R\$81,99
Janela bascula 0,60x0,40	R\$71,29	1	R\$71,29
Porta alumínio com bascula 0,80x2,10	R\$389,00	1	R\$389,00
Total 01			R\$1.071,15
Total + 10% de demais materiais			R\$1.178,26

Fonte: Elaboração própria a partir de orçamentos online a varejo

Apesar do espaço otimizado, oferece um local seguro, próprio da pessoa, que ajuda a garantir o mínimo de qualidade de sono e estabilidade, para que esta consiga focar nos serviços ofertados hoje mas que não mostram resultado significativo por falta de suas necessidades básicas estarem sendo atendidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, percebe-se a necessidade de propostas de uma política pública que englobe diferentes esferas, não só a de serviços de assistência, nem apenas a esfera urbana, tampouco a arquitetônica, mas um conjunto de somatória destas e outras esferas. Pois a problemática não se resume apenas à ausência de um local para dormir, mas um conjunto de necessidades complexas, delicadas e individuais de cada pessoa em situação de rua. Necessidades como a de um local de assistência próximo à estes locais onde se dorme, do desenvolvimento da subjetividade do indivíduo, e de lhes oferecer ferramentas que os tornem independentes e autossuficientes, durante todo o processo de enfrentamento da situação de rua, a partir de uma rede intersetorial complexa e bem articulada.

Faz-se ciente, também, da importância indispensável da participação e acompanhamento da população de rua durante o desenvolvimento de um projeto como este, para validação do próprio usuário e o alcance de uma proposta que se faça legítima a quem se propõe atender. Por este motivo, foi realizada submissão ao Comitê de Ética para que pudesse haver a participação da população em ao menos uma parcela do processo, porém devido à natureza de intervalo de tempo deste tipo de pesquisa, não foi possível a realização deste contato.

É importante ressaltar também, que o que é apresentado aqui, não visa ser uma romantização da situação, e que o indivíduo domiciliado jamais será capaz de compreender por inteiro o que vive alguém nessa situação, tampouco deve ditar sobre um percurso que não lhe pertence, mas deve ajudar a elevar, dar voz, e validar todas as diferentes formas de viver.

Por fim, é compreendida a limitação deste Trabalho Final de Graduação, tendo como objetivo, não a apresentação de uma solução concreta, mas uma alternativa em projeto piloto aberto à melhorias que possa acrescentar nessa discussão tão necessária.

ABSTRACT

The homeless population are the ones that most uses urban space, as it is there that they carry out most of their activities. Despite this, this population is little addressed when studying and discussing urbanism, being put into practice, policies and solutions that further marginalize these individuals, instead of welcoming them. For this reason, the present paper aims to present alternatives for the solution of the

matter in Juiz de Fora city. To this end, the redesign of public policies is proposed with the aid of urban instruments and modular architectural design, reaching different scales of design, reinforcing the need for a complex and well-articulated, interdisciplinary and intersectoral policy, in order to offer greater support and damage reduction to the existing gap between arriving on the street and leaving it, highlighting the need to guarantee the individual's independence and protection.

Keywords: Homeless population. Public Policy. Urbanism. Architecture. Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS

BARATTO, Romullo. **"Nossa arquitetura é muito hostil e pouco hospitaleira": entrevista com Padre Júlio Lancellotti**. ArchDaily, março de 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/976196/nossas-arquiteturas-sao-muito-hostis-e-pouco-hospitaleiras-entrevista-com-padre-julio-lancellotti>>

BELITARDO, Adele. **A cidade como casa: a importância da hospitalidade urbana para a população em situação de rua**. ArchDaily, maio de 2023. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/999253/a-cidade-como-casa-a-importancia-da-hospitalidade-urbana-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>>

BRASIL, Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República, 10 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

INRUA. **Guia Brasileiro de Moradia Primeiro**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, 2022.

MASLOW, Abraham Harold. **Motivation and personality**. New York, NY: Harper, 1954

PEREIRA, Viviane Souza, et al. **Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora - MG**, Universidade Federal de Juiz de Fora e Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Fev. 2023

PREFEITURA DE CASA BRANCA. **Você sabe como funcionam os Conselhos Municipais?** Casa Branca. Agosto de 2022. Disponível em: <[https://casabranca.sp.gov.br/voce-sabe-como-funcionam-os-conselhos-municipais/#:~:text=%23OcupemosConselhos-,Voc%20sabe%20como%20funcionam%20os%20Conselhos%20Municipais%3F,sociedade%20e%20o%20poder%20p%20u%20b%20l%20i%20c%20o%20p%20u%20b%20l%20i%20c%20o%20!](https://casabranca.sp.gov.br/voce-sabe-como-funcionam-os-conselhos-municipais/#:~:text=%23OcupemosConselhos-,Voc%20sabe%20como%20funcionam%20os%20Conselhos%20Municipais%3F,sociedade%20e%20o%20poder%20p%20b%20l%20i%20c%20o%20p%20u%20b%20l%20i%20c%20o%20!)>

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora-MG**. Secretaria de Desenvolvimento Social - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Juiz de Fora 2016.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Portal da transparência**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/>>

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Secretaria de Assistência Social**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sas/>>